



Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPI

III SINESPP

20 a 24
OUTUBRO
2020

SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE ESTADO, SOCIEDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS
Democracia, desigualdades sociais e políticas públicas no capitalismo contemporâneo

EIXO TEMÁTICO 10 | QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL

O EUCALIPTO E SEUS IMPACTOS NO MARANHÃO: algumas reflexões

EUCALYPTUS AND ITS IMPACTS ON MARANHÃO: some reflections

Esther Diniz dos Santos¹
Zaira Sabry Azar²

RESUMO

O agronegócio, enquanto a forma de organização do capital no campo na atualidade, desenvolve práticas configuradas por seu caráter destrutivo, comprometendo os recursos naturais e de forma especial as condições de reprodução material e social da vida camponesa. No Maranhão, estas práticas se manifestam a partir de várias cadeias de monocultivos nas diversas regiões do estado. Dentre tais cadeias, o eucalipto assume papel de destaque, tendo polos implantados em grandes extensões territoriais. Com práticas predatórias que afetam o ambiente, expropria meios e condições de comunidades e populações camponesas, que se organizam em sindicatos, movimentos e entidades sociais.

Palavras-Chaves: Agronegócio, Eucalipto, Maranhão.

ABSTRACT

Agribusiness, as the form of capital organization in the countryside today, develops practices configured by its destructive character, compromising natural resources and especially the conditions of material and social reproduction of peasant life. In Maranhão, these practices are manifested in several monoculture chains in different regions of the state. Among such chains, eucalyptus plays a prominent role, having hubs implanted in large territorial extensions. With predatory practices that affect the environment, it expropriates the means and conditions of communities and peasant populations, which are organized into unions, movements and social entities.

Keywords: Words: Agribusiness, Eucalyptus, Maranhão.

¹ Graduanda em Serviço Social do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-Mail: estherdiniz1@hotmail.com

² Professora do Departamento de Serviço Social (DESES) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: zairasabry@hotmail.com

INTRODUÇÃO

As relações sociais estabelecidas no campo no Brasil, desde a colonização, são determinadas pela prática hegemônica da produção comercial, posto que já naquela época os ciclos produtivos aqui desenvolvidos cumpriam o atendimento da demanda apresentada pelo mercado externo e não por acaso que o país adotou como seu primeiro modelo econômico o agroexportador. Tal modelo apresentava matriz tecnológica pautada no sistema *plantation*, que de forma simples tinha como características o uso e controle de grandes extensões territoriais, o uso da força de trabalho eminentemente escrava e a produção destinada para a demanda externa, o que definia as relações sociais estabelecidas a partir do domínio do senhor colonial.

Ao longo do processo histórico, o senhor colonial se transformou no fazendeiro latifundiário, socialmente comprometido pela pecha da improdutividade e empecilho ao desenvolvimento do país, por conta. Hoje, travestido este latifúndio em agronegócio, assume a faceta de modernidade e produtividade, propagandeado aos cantos ventos como “thec”, “pop” e “tudo”, porém, sua matriz tecnológica se sustenta em pilares que caracterizaram o sistema colonial, com agravamento em questões como a concentração fundiária, crimes ambientais o que lhe denota o caráter implícito de desigualdades e violências.

Seguindo a dinâmica da produção de monocultivos no país, o Maranhão assume papel de destaque nacional, sendo organizado em todas as regiões do estado. Particularmente, o eucalipto encontra-se instalado nas regiões Tocantina, Buriticupu, Barra do Corda e Baixo Parnaíba. Esta produção, como forma manifesta do agronegócio, adota práticas predatórias nas várias dimensões dos recursos naturais e de forma especial, das condições e meios de reprodução da vida humana, como a expropriação de terras camponesas, o que compromete profundamente o acesso à terra por famílias que dela sobrevivem.

O artigo tem como objetivo refletir sobre como as práticas do agronegócio afetam as famílias camponesas em suas condições de vida, na particularidade da organização do monocultivo do eucalipto. Metodologicamente, feita revisão bibliográfica, o texto encontra-se organizado em dois itens, além desta introdução e das considerações. No primeiro, é feita uma indicação do agronegócio em sua reorganização

sócio econômica sob a retórica da modernidade e, no segundo, são configuradas práticas do agronegócio no Maranhão, situando o monocultivo do eucalipto como uma de suas expressões. Considera que expropriação dos meios e condições de reprodução da vida camponesa feita pelo agronegócio não acontece de forma consensuada, havendo seu enfrentamento pelas populações camponesas através de sindicatos, movimentos e organizações sociais em geral.

2 O AGRONEGÓCIO: uma investida no Maranhão

O agronegócio no Brasil, como prática produtiva do capital, se insere em meio à expansão agroindustrial que, com “predomínio de capital financeiro, orienta-se, em grande parte, rumo a uma especialização crescente em determinadas commodities orientadas para o mercado externo e com uma tendência à concentração em grandes unidades de exploração” (TEUBAL, 2008, p. 140). Resultante de um processo social, político e econômico iniciado desde a colonização brasileira, especificamente no contexto da reestruturação produtiva da agropecuária, para a produção da riqueza a partir do campo, utiliza de forma cada vez mais sistemática a ciência e a tecnologia.

Apresenta-se hoje como reconfiguração ou transmutação do latifúndio, enquanto classe dominante no campo, na busca de “repaginar” sua imagem ou dar uma ressignificação à ideia geral a seu respeito no conjunto da sociedade. Neste sentido, muito importante observar que com uma “simbologia de modernidade tem contribuído para alavancar o status quo da produção comercial” (AZAR, 2013, p. 22), e para isto a ideia disseminada de forma intensa e prolongada por veículos de propaganda de que “o agro é pop, o agro é tech, o agro é tudo”.

Ideologicamente, a propaganda indica a supremacia desta matriz tecnológica, desvalorizando toda e qualquer outra forma de produção no campo. O termo “tudo” o onipotencializa, fazendo-o presente e soberano em relação a tudo, em especial, relacionada ao campo, assim também relacionado ao consumo na cidade, como comida, remédios, cosméticos, perfume e tantas outras produtos e mercadorias, e com isso, o colocando na condição de unicidade, como não havendo outra alternativa produtiva para o país, sendo a ela todas as atividades articuladas e dependentes. Com tal

perspectiva nega a agricultura familiar camponesa, enquanto matriz tecnológica que lhe contrapõe, posto que tem como base o respeito à diversidade de culturas.

Termo criado para disputar ideologicamente mentes e corações, o agronegócio constitui complexo sistema manifesto em cadeias produtivas, organizadas em

... múltiplas fases e setores, que abrangem todos os segmentos de insumos, como máquinas agrícolas, tratores, fertilizantes, defensivos e sementes; a reprodução animal; o melhoramento genético; a produção agrícola em si; e todo o segmento processador e de distribuição, assim como a tecnologia da informática usado no processo (AZAR, 2013, p. 96)

Ou seja, todos estes elementos compõem aspectos processuais da produção comercial do campo, sendo a partir daí que são organizadas as cadeias produtivas de grandes commodities como a cana de açúcar, laranja, soja, algodão, eucalipto e tantas outras, assim como as carnes, frutos e flores em geral, cuja dinâmica econômica encontra-se estruturada em todos os estados brasileiros.

No Maranhão, estado particularmente agrícola que expressa a carga histórica e socioeconômica brasileira, e onde a questão agrária se manifesta não apenas de forma política, mas também econômica, sua classe dominante tem suas bases na concentração latifundiária. Economicamente, o estado sempre atendeu à economia, tanto nacional quanto mundial, fornecendo, principalmente, matérias-primas. Internamente, também ofereceu gêneros alimentícios de baixa qualidade e baratos para o operariado em formação, assim como quantidade expressiva de força de trabalho, o que em muito contribuiu para a organização do exército industrial e reserva. Em sua trajetória, manteve-se dependente e submisso aos interesses do capital, especialmente ao estrangeiro na atualidade.

Com a introdução de grandes projetos agropecuários a partir da década de 1940, a “modernização do campo” teve seus avanços no estado através de implementações de políticas desenvolvimentistas, as quais tiveram como maior característica os conflitos no campo. Eleito em 1965, José Sarney teve um governo marcado pelo ideário de “libertar” o Maranhão das correntes do atraso e dos desmandos da antiga oligarquia do senador Vitorino Freire (BRANDÃO, 2007), e para tal adota o projeto de modernização na perspectiva conservadora orientada pelos governos militares.

Neste sentido, criou a Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO), com o discurso de ocupar de forma racional as terras livres, modernizando o setor primário, através da implantação de grandes projetos agropecuários, fomentados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) (AZAR, 2011, p. 05). Tais projetos visavam potencializar a agricultura do estado, mas apenas a de caráter comercial patronal, sem a inclusão das famílias camponesas, o que resultou em graves conflitos agrários. O caráter conservador de tal modernização deve-se ao fato de que

... no Maranhão, com uma faceta modernizada, o agronegócio apresenta-se com a particularidade de velhas práticas da agricultura capitalista no campo. Práticas originadas ainda no sistema *plantation*, que têm sofrido modificações e adaptações, intensificando, porém, a exploração da terra e do homem (AZAR, 2011, p. 6)

O agronegócio no estado, com suas práticas “modernizadoras” provoca grandes embates na vida social, ambiental e econômica da sociedade na sua totalidade, e em particular as famílias camponesas. Com matriz tecnológica que tem seus pilares na concentração fundiária, no uso das tecnologias avançadas para a produção de monocultivos de forma a atender, principalmente o mercado, este modelo comercial da agricultura implica “na expulsão das famílias camponesas, na redução da força de trabalho, assim como na exploração inadequada dos recursos naturais”. (AZAR, 2011, p.7)

O Estado maranhense adota, de modo geral, políticas neoliberais para fomentar o desenvolvimento no meio rural, porém favorecendo o agronegócio e comprometendo a sobrevivência da agricultura familiar. Isto se destaca com a expansão de monocultivos desde a soja no sul do estado, seguindo para o centro e leste maranhense; o eucalipto na região Tocantina e com um grande avanço no Baixo Parnaíba e Médio Mearim. Mas, também tem vários projetos econômicos neste setor, como o arroz, milho, sorgo e tantos outros.

O eucalipto compõe a silvicultura no estado, assumindo destaque nesta produção, especialmente para atender à demanda de carvão vegetal para a siderurgia e a madeira para celulose. Sua produção se configura por práticas que afetam

diretamente o meio ambiente, considerando aí as condições e vida das populações camponesas, sobre o que será tratado a seguir.

3 O EUCALIPTO NO MARANHÃO: reflexões sobre seus impactos

Apesar de ser mais uma produção relativamente recente no Maranhão o eucalipto constitui produção comercial desde a década de 1930 no Brasil, onde sua importância pode ser observada no fato de constituir 76,2% de toda a silvicultura, sendo esta responsável por 79,3%, enquanto a extração vegetal respondia por 20,7% da produção florestal do país em 2018, havendo um crescimento de 8% e uma queda de 2,7% respectivamente em relação ao ano anterior, segundo dados do IBGE (2018). No Maranhão, “Apesar da pequena participação no Valor Adicionado do setor agropecuário maranhense (Gráfico 1), as atividades de Extração Vegetal e Silvicultura têm crescido com maior vigor no Maranhão desde 2013, principalmente por conta da celulose” (IMESC, 2020, p. 06), sendo no caso, o eucalipto responsável por 99,995% da silvicultura estadual no ano de 2018 (Idem, p. 09)

O plantio do eucalipto, como elemento do projeto desenvolvimentista do estado, é realizado por empresas que visam a produção de carvão vegetal, lenha e tora de madeira para a celulose. Em escala estadual, 51 municípios tinham este cultivo em 2015 (FEITOZA, 2017, p 08), distribuídos em várias regiões. Os maiores expoentes deste cultivo são Itinga do Maranhão, Açailândia, Sítio Novo, Estreito, Grajaú, Bom Jesus das Selvas, São Pedro da Água Branca, Parnarama, Bom Jardim, São João do Paraíso, Porto Franco, São Félix de Balsas, Governador Edson Lobão, São Raimundo das Mangabeiras, Balsas, Buriti Bravo, Barão de Grajaú, Barra do Corda, Anapurus, Santa Luzia. Tais municípios disputam entre si os *hankings* na produção de madeira em tora para papel e celulose, carvão vegetal, assim como lenha.

O polo Açailândia, que congrega vários municípios em seu entorno lidera, de maneira geral, a silvicultura/eucalipto maranhense, e isto muito por conta da demanda de carvão vegetal para a produção guseira da região, assim como a demanda de tora de madeira para a obtenção da celulose processada em Imperatriz. Outro importante polo de Baixo Parnaíba, onde se encontram os municípios Santa Quitéria, Urbano Santos e Anapurus.

Considera-se a implantação do eucalipto no Maranhão como fenômeno recente em relação à situação nacional, pois desde a década de 1980 este estado sofre com investimentos de empresas para essa produção, no que se destaca a empresa Suzano S/A, instalada em Imperatriz, Sul do estado, cujo processo expansionista acontece com o “reflorestamento” de eucalipto nas regiões, sendo que a partir de 2005 se vê como reflexos dessa expansão os mais diversos conflitos com as comunidades tradicionais dos territórios.

Importante destacar que a silvicultura no estado se encontra organizada seguindo a matriz tecnológica do agronegócio e neste sentido,

... a implantação de projetos como os do Grupo João Santos, da Suzano Papel e celulose, da MARFLORA vem desestruturar a economia camponesa, porque atingem o equilíbrio das relações mantidas pelos trabalhadores com os recursos naturais (PAULA ANDRADE, 1997, p. 50-51).

A empresa Suzano Celulose, a maior empresa do setor no mundo, após sua fusão com a empresa Fibria, em 2018, teve respaldo estatal em 2009, para usufruir de 40 mil hectares do bioma cerrado, para o cultivo de eucalipto nos municípios Santa Quitéria, Urbano Santos e Anapurus, na região Baixo Parnaíba, afetando de forma profunda a relação sociedade-natureza, no momento em a prática deste monocultivo compromete em todos os aspectos este bioma. Importante demarcar que muitas foram as denúncias feitas pelo Fórum Carajás sobre ilegalidades nos processos.

A implantação desta produção no território maranhense provoca grandes impactos socioambientais na dinâmica do projeto desenvolvimentista que, efetivamente, atende aos interesses do grande capital, deixando grandes “desertos verdes”, isto porque o eucalipto é uma vegetação que possui uma substância química nas suas folhas que impede o crescimento de raízes de outras vegetações em seu entorno, influenciando em todo ecossistema, por diminuir o nível de controle da erosão dos solos e da manutenção da biodiversidade.

Dessa forma, pode-se pontuar importante forma de degradação do cerrado maranhense, um ecossistema marcado pela diversidade frutífera, com frutas importantes como o bacuri e o piqui, mas que está sendo devastado pelo avanço da monocultura do eucalipto. O agronegócio, aqui representado pelo eucalipto, também

impacta de forma profunda os recursos híbridos, assoreando os rios e comprometendo os lençóis freáticos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos. Pode-se dizer, então, que

... na dimensão da água, o agronegócio presente na região necessita fundamentalmente de uma reserva hídrica de alta capacidade, causando um desequilíbrio e grande sobrecarga nos afluentes e modificando a vazão destes... (COSTA, 2012, p. 10)

Isso se reflete na economia das comunidades rurais do território afetado. Com a expansão do eucalipto, deixam de comercializar frutas e seus derivados, como polpas, óleos e geleias, assim como as produções artesanais relacionadas. Também perdem a possibilidade de criar e comercializar pequenos animais pela contaminação agrotóxica.

Em termos sociais e de saúde, empresas de bioquímica, usadas pelo agronegócio para defender o uso de agrotóxico nas plantações, o justificam, apontando que os agrotóxicos são remédios com dosagens corretas e estudadas para não afetar o ser humano, os animais, o solo e a água, mas a realidade aponta outra verdade diante dessa situação, pois conforme Souza (2013), animais soltos no Baixo Parnaíba são encontrados doentes e com coceiras na pele, fruto da contaminação de plantas e águas que estão entorno da plantação de eucalipto. Na verdade, este modelo produtivo em suas práticas, utiliza a pulverização de agrotóxicos tanto com manuseio manual quanto por via aérea, alcançando de forma indiscriminada fauna e flora, o que implica em graves consequências para a saúde de pessoas e animais, em especial doenças de pele e pulmonares. Isto, porque, no caso humano,

Os riscos de intoxicação humana acontecem não somente através do trabalho na agricultura. Em certas áreas agrícolas, o simples fato de “respirar” pode se tornar uma fonte de exposição, tendo em vista que, durante a atividade de pulverização, existe a dispersão destes produtos no ambiente. (MS, s/d, p. 04)

Os impactos socioeconômicos, infelizmente, não se restringem aos elementos destacados. As relações sociais nas regiões dominadas pelo monocultivo do eucalipto, estão cada vez mais afetadas, pois, por exemplo, em termos de trabalho tem sido estabelecidas relações de subalternidade dos trabalhadores. Um dos aspectos a ser considerado é que, como esta dinâmica produtiva se baseia na expropriação dos meios de trabalho destas comunidades, a terra, as famílias se submetem aos poucos postos de trabalho oferecidos pelas empresas, assim, além de serem submetidos a precárias

condições de trabalho, também disputam entre si, as vagas existentes, até por conta do grande uso da mecanização e pouco uso da força de trabalho.

Outro aspecto do agronegócio na região aparece na ameaça constante expropriação de territórios camponeses por grandes proprietários oriundos de outras regiões do país, especialmente do Sul, o que resulta em graves problemas, pois expropriados os territórios, expropriados são também meios e condições de reprodução da vida camponesa, o que provoca situações como a migração e suas consequências, como por exemplo a urbanização desordenada, com aumento da pobreza e das desigualdades. Dentre as formas mais utilizadas para expulsão das famílias camponesas está a grilagem, muito comum na história dos conflitos no campo maranhense.

Na organização dos monocultivos, o agronegócio também tem como prática do correntão, que é o uso de grandes e pesadas correntes que são puxadas por tratores e arrastam tudo que estiver em sua rota, arrancando, então, árvores de todas as espécies e matando animais. Após a derrubada das árvores são realizadas queimadas para a limpeza da área na preparação da terra para o plantio. Suas consequências são de expressiva gravidade com os impactos ambientais, com mudança de temperatura, enfraquecimento do solo. Os animais, quando não mortos, fogem de seu habitat, causando inúmeros outros problemas. As populações camponesas sofrem diretamente todas estas situações, pois se veem desprovidas de suas possibilidades de sua reprodução social e cultural.

Mas, estas práticas não acontecem de forma harmoniosa e consensual, pois as populações afetadas organizam lutas e resistências, seja através de sindicatos, movimentos e entidades sociais organizados em todas as regiões do estado. Organizam as populações quilombolas, indígenas, ribeirinhas, extrativistas, acampadas e assentadas para garantir seus territórios e seus modos de vida.

4 CONSIDERAÇÕES

O agronegócio apresenta-se com a retórica do desenvolvimento e de modernidade. Como forma hegemônica da produção no campo no Maranhão, adota práticas produtivas que comprometem os recursos naturais e a reprodução material e social camponesa. Famílias camponesas são expropriadas de seus meios e condições de

trabalho, passando a vivenciar situações de desemprego, violência e pobreza, muitas vezes nas periferias das cidades. Neste sentido, a migração a que as famílias expropriadas são submetidas, em muito contribuem para os processos de urbanização desordenada que caracteriza os centros urbanos do estado.

O eucalipto, enquanto expressão importante do agronegócio, adota suas práticas destrutivas. Esta produção encontra-se organizada em várias regiões do estado, afetando de maneira profunda o modo de vida das famílias camponesas, a exemplo das populações quilombolas, ribeirinhas, indígenas, extrativistas e assentadas de modo geral. Em sua dinâmica compromete rios, fauna e flora, assim como a vida humana. Esta espécie no estado encontra-se organizada por empresas de capital consorciado, que representam interesses do capital internacional, o que em muito contribui para a desnacionalização do campo brasileiro.

Por outro lado, as famílias camponesas afetadas pelo agronegócio, em especial, pelo eucalipto, vivenciam processos organizativos que lhes permitem lutas e resistências no enfrentamento a este modelo produtivo no campo. De forma geral, as ações e iniciativas desenvolvidas pelo agronegócio no estado, não acontecem de forma consensual, ainda que as ações organizativas das famílias afetadas não tenham conseguido barrar suas consequências.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. de Paula. A produção de carvão vegetal e o plantio de eucalipto no Leste Maranhense. In: PAULA ANDRADE, M. de. – (org.). – **Carajás: desenvolvimento ou destruição?** Relatórios de Pesquisa. São Luís: CPT, 1995. 1997.

AZAR, Zaira Sabry. A Concentração Fundiária como centralidade da Questão Agrária no Maranhão. **V Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2011.

AZAR, Zaira Sabry. **Relações de trabalho e resistência camponesa no desenvolvimento dependente no Maranhão: o assentamento Califórnia como uma expressão.** Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão - UFMA, São Luís. 2013.

BRANDÃO, Selma de Oliveira. **O projeto político de modernização conservadora e o acirramento da questão social no Maranhão: alguns indicativos.** III Jornada de Políticas Públicas, 2007.

COSTA, Saulo Barros da. **Produção de eucalipto no baixo Parnaíba maranhense – Ordenamento (e conflitos) territorial em foco.** XIII Jornada do Trabalho, 2012.

FEITOZA, Ilnar Fernandes. O CAPITALISMO E A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE EUCALIPTO NO MARANHÃO. **Anais** do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Disponível em https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt08_1504738885_arquivo_ocapitalismoeaexpansoadaproducaodeeucaliptonomaranhao.pdf

IBGE. **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2018.** Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/74/pevs_2018_v33_informativo.pdf

Ministério da Saúde (MS). **Nota informativa contendo esclarecimentos sobre pulverização aérea e o controle de endemias.** Disponível em <http://www.saude.gov.br/images/pdf/2016/marco/30/Esclarecimentos-sobre-pulveriza----o-a--rea-e-o-controle-de-endemias.pdf>

SOUZA, Ivonete G; OVERBEEK, Winfridus. **Plantações de eucalipto para energia: O caso da Suzano no Baixo Parnaíba, Maranhão, Brasil.** 2013. Disponível em: https://wrm.org.uy/wpcontent/uploads/2013/11/Plantacoes_de_eucalipto_para_energia_O_Caso_da_Suzano.pdf. Acesso: 14 de abril de 2020.

TEUBAL, Miguel. O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson (orgs). **Campesinato e territórios em disputa.** 1ª edição. São Paulo. Expressão Popular. Programa de Pós-graduação em Geografia. UNESP. 2008.